**XXXVII CONCURSO NACIONAL DE
BOVINOS DA RAÇA AROUQUESA
7 DE MAIO DE 2023
Ovadas - Resende**

Artº. 1º - A ANCRA - Associação Nacional dos Criadores da Raça Arouquesa, vai realizar o XXXVII Concurso Nacional de Bovinos da Raça Arouquesa, com o apoio da Junta de Freguesia de Ovadas e Panchorra e a Câmara Municipal de Resende,

& ÚNICO - Este Concurso tem por objetivo identificar os melhores representantes do efetivo Nacional, estimulando os vários intervenientes na seleção dos animais, contribuindo para o melhoramento e dispersão da Raça Arouquesa, bem como, apreciar a evolução que se vem operando nesse sentido nesta raça por ação da assistência técnica que se lhe vem prestando, através dos Serviços do Livro Genealógico.

Artº. 2º -Este Concurso vai realizar-se no dia 7 de Maio de 2023, pelas 10 horas, no Campo da Feira do Rodo, na Freguesia de Ovadas, Concelho de Resende;

& ÚNICO - Ao referido Concurso só serão admitidos os animais inscritos no “Livro Genealógico da Raça Bovina Arouquesa”.

Artº. 3º - A inscrição dos Bovinos deverá ser efetuada até ao dia 6 de Maio na Sede da ANCRA e junto ao local do concurso, a partir das 08:00 horas do dia 7 de Maio de 2023.

A classificação terá lugar a partir das 10:30 horas do dia 7 de Maio, procedendo-se à entrega dos apoios/prémios pelas 12:30 horas do mesmo dia.

Artº. 4º - O controlo sanitário do evento caberá ao médico veterinário Dr. Francisco Neto com Cédula Profissional nº 638. A entrada dos animais no recinto do Concurso, que deverá ter lugar até às 9 horas do dia 7 de Maio, será controlada por um Júri de Admissão, presidido pelo mesmo médico veterinário, Dr. Francisco Neto, a quem compete:

- Identificar os animais a admitir e comprovar a regularidade da sua inscrição
- Controlar a documentação sanitária imposta pelas autoridades sanitárias
- Não admitir a entrada de animais que não se encontrem em perfeito estado hígido ou não satisfaçam as normas regulamentadas

& ÚNICO - o Júri de Admissão será auxiliado pela Comissão de Receção dos Bovinos (composta por técnicos da ANCRA), a quem compete entre outras, coordenar as ações de alojamento e ordenação dos animais.

Composição do Júri de admissão Francisco
Neto (Médico veterinário)
José Fernando Pinto (Técnico da ANCRA) Pedro
Carmo Moreira (Técnico da ANCRA)

Art.º 5º - As condições sanitárias de admissão dos animais ao XXXVII Concurso Nacional de Bovinos da Raça Arouquesa, são as seguintes

1. Não apresentarem sintomas de qualquer doença, nomeadamente infectocontagiosa, e serem provenientes de estabelecimento sem restrições sanitárias;
2. Os animais deverão estar identificados e circular segundo o Decreto-Lei nº 142/06 de 27 de julho, na sua redação atual, com as disposições de aplicação que se encontram previstas no Regulamento (UE) n.º 2016/429 de 9 de março e nos Regulamentos Delegados (UE) n.º 2019/2035 de 28 de junho de 2019 e RD n.º 2020/689 de 17 de dezembro de 2019 da Comissão, nomeadamente, com dois meios de identificação oficial, e de acordo com o Edital da DGAV nº 77 - Febre Catarral Ovina “Língua Azul”, de **19 de dezembro de 2022 (em anexo)**, acompanhados dos seguintes documentos:
  - Guia de trânsito eletrónica **fechada** (mod. 1281/DGAV – Bovinos).
  - Declaração de lavagem e desinfeção do veículo emitida por Centro de Lavagem e Desinfeção (**de preferência com validade máxima de 72 horas**).
  - Documento **comprovativo da desinsetização do meio de transporte** emitido pelo posto de desinfeção autorizado, onde conste o produto utilizado, a data de aplicação e o responsável pela sua execução.
3. Os bovinos deverão ser provenientes de estabelecimentos com estatuto indemne de Brucelose (B4), Leucose (L4) e Tuberculose (T3), podendo ser admitidos animais provenientes de estabelecimentos indemnes de Brucelose (B3) desde que o animal tenha sido vacinado há mais de 3 anos.

4. Bovinos com mais de 6 semanas, deverão ser sujeitos a testes de pré-movimentação de Tuberculose nos 90 dias anteriores ao movimento desde que retornaram ao estabelecimento de origem e efetuam nova movimentação para destino idêntico.
5. Bovinos com mais de 12 meses, provenientes de Região não indemne de Brucelose Bovina, deverão ser sujeitos a testes de pré-movimentação de Brucelose (RB+FC) nos 90 dias anteriores ao movimento desde que retornaram ao estabelecimento de origem e efetuam nova movimentação para destino idêntico.
6. Bovinos com mais de 12 meses, provenientes de Região não indemne de Leucose Bovina (origem na DAV Porto), deverão ser sujeitos a testes de pré-movimentação de Leucose nos 90 dias anteriores ao movimento desde que retornaram ao estabelecimento de origem e efetuam nova movimentação para destino idêntico.
7. O transporte dos animais deverá respeitar as regras do bem-estar animal (Reg. 1/2005, Dec. Lei nº 265/2007 de 24 de julho). O condutor do veículo deve exibir o Certificado Aptidão Profissional e o registo de transportador (proprietário do veículo). Não se encontra abrangido pelas normas do Regulamento Nº 1/2005 o transporte de animais pelo produtor, nos seus próprios meios de transporte, com destino exclusivamente a eventos de caráter local, no decurso dos quais não se realizam trocas comerciais.

Devem ser criadas condições para a desinfeção obrigatória do rodado dos veículos à entrada do evento, com aspersione e desinfetante homologado pela DGAV.

CONDIÇÕES DE BEM-ESTAR ANIMAL PARA PARTICIPAÇÃO DE BOVINOS EM EVENTOS OCASIONAIS

1. Os promotores do evento devem garantir condições de segurança para os animais e para os participantes no mesmo, designadamente através da tomada de medidas que permitam uma adequada contenção e separação dos animais. No caso concreto das chegadas de bois, devem ser tomadas medidas, nos animais, de forma a evitar lesões graves nos seus oponentes, nomeadamente através de desgaste das extremidades dos cornos.
2. Os promotores do evento devem proporcionar condições estruturais e ambientais, com os objetivos de minimizar a agitação e a excitação dos animais durante a deslocação dos mesmos, bem como a fuga, ferimentos e sofrimento nos animais.
3. Devem ser evitadas situações de stress nos animais, nomeadamente através da adoção de medidas como a avaliação dos animais previamente à classificação dos mesmos.

4. Apenas se autoriza a apresentação de animais que estejam adestrados (não bravios), que sejam capazes de ser apresentados " à mão", sendo que, os animais que não reúnam esta condição, não serão aceites.

5. O transporte dos animais deverá respeitar as regras do bem-estar animal (Regulamento 1/2005, Decreto-Lei nº 265/2007 de 24 de julho). O condutor do veículo deve exibir o Certificado Aptidão Profissional e o registo de transportador (proprietário do veículo). Não se encontra abrangido pelas normas do Regulamento Nº 1/2005 o transporte de animais pelo produtor, nos seus próprios meios de transporte, com destino exclusivamente a eventos de carácter local, no decurso dos quais não se realizam trocas comerciais.

6. A DGAV poderá indicar procedimentos adicionais que promovam práticas no garante do Bem-estar Animal.

Artº. 6º - Cada bovino dentro do recinto do Concurso, só poderá ser acompanhado por uma pessoa e duas para touros reprodutores.

Artº. 7º - Durante a classificação, os expositores ou os seus representantes são obrigados a prestar os esclarecimentos que lhes forem solicitados pelos respetivos Júris.

Artº. 8º - Serão desclassificados e excluídos do Concurso os bovinos cujos donos, ou os seus representantes, não aceitem as decisões do Júri ou retirem os bovinos antes da ordem para esse efeito, sob pena de exclusão em futuros concursos.

Artº. 9º - A vigilância, tratamento e apresentação dos animais fica a cargo dos seus proprietários ou representantes.

Artº. 10º - A classificação dos bovinos será levada a cabo por um Júri, presidido pelo Secretário Técnico da Raça Bovina Arouquesa e assessorado por técnicos e especialistas na raça, de reconhecida idoneidade, convidados para o efeito. O Secretário Técnico terá a missão de selecionar os animais tendo em conta, além dos parâmetros definidores da raça, os ascendentes e descendentes, nº de crias/cobrições nos machos e nº de partos viáveis nas fêmeas; o melhoramento morfológico (desenvolvimento esquelético, aspetos de locomoção, etc.).

Composição do Júri de classificação:

António Oliveira Borges (Méd Vet – Sec Téc da Raça) como JUÍZ

Francisco Geraldês Neto (Méd Vet Mun. Resende) como assessor Carlos

Venâncio (Méd Vet - ex sec téc – UTAD) como assessor Manuel Cirnes

(Eng Zootécnico – ANCRA) como assessor António Azevedo (produtor).

& ÚNICO – A classificação terá em conta os elementos de apreciação que definem o padrão da raça e constam da tabela de classificação usada no Registo Zootécnico/Livro Genealógico e que faz parte integrante do regulamento do registo da Raça Arouquesa. Sendo o método de classificação usado comparativo entre os

vários animais a concurso, ordenando-os de acordo com os critérios já enunciados, recorrer-se-á ao método de pontuação, usada nos registos, em casos de dúvida.

Artº. 11º- Das decisões dos Júris de Admissão e de Classificação não haverá possibilidade de recurso.

Artº. 12º- Os bovinos que concorrerem na classe de junta, terão que estar inscritos no nome de um só proprietário, com prova documental.

Artº. 13º- Compete ao presidente do Júri, em reunião com o delegado da Entidade Organizadora, resolver qualquer reclamação.

Artº. 14º- Os animais serão agregados nas classes publicitadas juntamente com este regulamento sanitário.

Artº. 15º- Do resultado do Concurso será lavrada a competente ata.

OBS: marca de exploração – PTCB17L

Contribuinte da entidade responsável – UNIAO DAS FREGUESIAS DE OVADAS E PANCHORRA – 510 838 421

-

ANEXO I

Grelha de classificação e apoios ao Concurso Nacional da Raça Arouquesa 1ª

CLASSE - Touros reprodutores, a partir do 2º desfecho.

2ª CLASSE – Novilhos inteiros ao 1º desfecho.3ª

CLASSE - Novilhos inteiros sem desfecho. 4ª

CLASSE – Novilhas ao 1.º desfecho.

5ª CLASSE – Novilhas sem desfecho.

6ª CLASSE – Vacas isoladas do 4º desfecho (nascidas depois de 07/05/2015).7ª

CLASSE – Novilhas e vacas isoladas com o 2º e 3º desfecho.

8ª CLASSE – Vacas isoladas a partir de 8 anos (nascidas antes de 07/05/2015)9ª

CLASSE – Junta de vacas e novilhas (parelhas), a partir do 1º desfecho.

10ª CLASSE – Junta de novilhas (parelhas) sem desfecho.

ANEXO II

Grelha de classificação e apoios para a União das Freguesias de Ovadas e Panchorra 1ª

CLASSE - Touros reprodutores a partir do 2.º desfecho inclusive

2ª CLASSE - Novilhos ao 1.º desfecho 3ª

CLASSE - Novilhos sem desfecho

4ª CLASSE - Vacas reprodutoras a partir do 2.º desfecho inclusive 5ª

CLASSE - Novilhas ao 1.º desfecho

6ª CLASSE - Novilhas sem desfecho 7ª

CLASSE - Junta de Vacas (Parelhas)

ANEXO:

EDITAL LINGUA AZUL nº 77

Susana Guedes Pombo, Diretora-Geral de Alimentação e Veterinária, na qualidade de Autoridade Sanitária Veterinária Nacional, torna público que:

A língua azul ou febre catarral ovina é uma doença epizootica de etiologia viral que afeta os ruminantes, com transmissão vetorial, incluída na lista de doenças de declaração obrigatória nacional e europeia e na lista da Organização Mundial de Saúde Animal (WOAH).

As medidas de combate à doença estão definidas no Decreto-Lei n.º 146/2002, de 21 de maio. As disposições de aplicação encontram-se previstas no Regulamento (UE) n.º 2016/429 de 9 de março e no Regulamento Delegado (UE) n.º 2020/689 da Comissão, de 17 de dezembro de 2019.

As medidas de controlo implementadas na sequência dos serotipos do vírus da língua azul que surgiram em Portugal Continental, têm sido adaptadas em função da avaliação dos resultados dos programas de vigilância e baseiam-se na delimitação de zonas livres e zonas afetadas, na implementação de condicionantes à movimentação animal das espécies sensíveis e de programas de vacinação.

Encontra-se definida uma zona afetada por serotipo 1 e por serotipo 4 do vírus da língua azul que abrange a região do Algarve.

Em virtude da deteção de resultados positivos ao serotipo 4 no concelho de Oliveira do Hospital, na região do Centro, a 22 de julho de 2022 e posteriormente da confirmação de novos focos de serotipo 4 do vírus da língua azul noutros concelhos da Região do Centro e da Região Norte, impôs-se o alargamento da zona afetada sendo definida a região do Alentejo e os distritos de Santarém, Setúbal, Castelo Branco, Aveiro, Coimbra, Guarda e Viseu, como área afetada pelo serotipo 4. Na sequência de suspeita clínica, foi confirmada em outubro de 2022 a presença do serotipo 4 da língua azul no concelho de Torre de Moncorvo, distrito de Bragança, na região Norte, onde nunca houvera qualquer ocorrência desta doença.

Analisando a situação epidemiológica em Portugal continental e tendo em conta as condições meteorológicas atuais e as previsões para as próximas semanas, que são extremamente favoráveis à persistência do vetor transmissor da doença, existe a grande possibilidade de aparecimento de novos focos da língua azul, tanto em áreas já afetadas pela doença como em novas áreas anteriormente livres desta doença, pelo que foi necessário readaptar as áreas livres e afetadas pela língua azul em Portugal, deixando de reconhecer áreas indemnes da doença no território Continental.

A vacinação obrigatória do efetivo ovino reprodutor adulto e dos jovens destinados à reprodução tem sido a medida mais eficaz para controlar a doença, aconselhando-se ainda a vacinação dos restantes animais das espécies sensíveis.

No presente edital são acrescentados, os concelhos de Amares e Vila Nova de Famalicão do distrito de Braga, o concelho de Figueira de Castelo Rodrigo do distrito da Guarda e o concelho de Ponte de Lima do distrito de Viana do Castelo à área de vacinação obrigatória contra o serotipo 4 da língua azul, na sequência de confirmação da presença de serotipo 4 nesses concelhos.

Da análise epidemiológica dos resultados dos programas de vigilância em curso ficam estabelecidas: uma área de vacinação obrigatória para os serotipos 1 e 4, que abrange toda a região do Algarve e uma área de vacinação obrigatória para o serotipo 4 que passa a abranger toda a região do Alentejo, os distritos de Santarém, Setúbal, Castelo Branco e os concelhos de Aguiar da Beira, Alfândega da Fé, Almeida, Amares, Ansião, Arganil, Arouca, Cantanhede, Carraceda de Ansiães, Carregal do Sal, Castro Daire, Coimbra, Condeixa-a-Nova, Figueira de Castelo Rodrigo, Fornos de Algodres, Freixo de Espada à Cinta, Gouveia, Guarda, Guimarães, Lousã, Mangualde, Miranda do Corvo, Mirandela, Mogadouro, Montemor-o-Velho, Nelas, Oliveira do Hospital, Oliveira de Frades, Penela, Ponte de Lima, Sabugal, Seia, Tábua, Terras de Bouro Tondela, Torre de Moncorvo, Trancoso, Vila Nova de Poiares, Vila Flôr, Vila Nova de Famalicão, Vila Nova de Foz Coa, Vila Verde, Viseu e Vouzela.

Ao abrigo do disposto nos artigos 8º, 9º e 10º do Decreto-Lei n.º 146/2002, de 21 de maio e do Regulamento Delegado (UE) n.º 2020/689 da Comissão, de 17 de dezembro de 2019, determino o seguinte:

1. As áreas das regiões autónomas dos Açores e da Madeira constituem zonas livres de língua azul.
3. A área geográfica afetada pelos serotipos 1 e 4 do vírus da língua azul, adiante designada como S1-4, é constituída por todos os concelhos da Direção de Serviços de Alimentação e Veterinária da Região do Algarve.
4. A área geográfica afetada pelo serotipo 4 do vírus da língua azul, adiante designada como S4, é constituída por todos os concelhos das Direções de Serviços de Alimentação e Veterinária das seguintes Regiões: Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo e Alentejo.
5. É obrigatória a vacinação contra o serotipo 1 e contra o serotipo 4 do vírus da língua azul, dos ovinos existentes na área S1-4 (referida no ponto 3), mediante a primovacinação ou revacinação anual com vacina inativada, do efetivo ovino reprodutor adulto e dos jovens destinados à reprodução, a partir dos 3 meses de idade.
6. É obrigatória a vacinação contra o serotipo 4 do vírus da língua azul, dos ovinos

existentes nos distritos e concelhos indicados na tabela 1, mediante a primovacinação ou revacinação anual com vacina inativada, do efetivo ovino reprodutor adulto e dos jovens destinados à reprodução, a partir dos 3 meses de idade.

Tabela 1

Região/DSAVR

REGIÃO NORTE

DISTRITO BRAGA

Amares

Guimarães

Terras de Bouro

Vila Nova de Famalicão

Vila Verde

DISTRITO BRAGANÇA

Alfândega da Fé

Carraceda de Ansiães

Freixo de Espada à Cinta

Mirandela

Mogadouro

Torre de Moncorvo

Vila Flôr

DISTRITO VIANA DO CASTELO

Viana do Castelo Ponte de Lima

REGIÃO CENTRO

DISTRITO CASTELO BRANCO

Todos

DISTRITO AVEIRO

Arouca

DISTRITO DE COIMBRA

Arganil

Cantanhede

Coimbra

Condeixa-a-Nova

Lousã

Miranda do Corvo

Montemor-o-Velho

Oliveira do Hospital

Penela

Tábua

Vila Nova de Poiares

DISTRITO DA GUARDA

Aguiar da Beira

Almeida

Figueira de Castelo Rodrigo
Fornos de Algodres
Guarda
Gouveia
Sabugal
Seia
Trancoso
Vila Nova de Foz Coa
DISTRITO DE LEIRIA
Ansião
DISTRITO DE VISEU
Carregal do Sal
Castro Daire
Mangualde
Nelas
Oliveira de Frades
Tondela
Viseu
Vouzela
REGIÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO
DISTRITO DE SANTARÉM
Todos
DISTRITO DE SETUBAL
Todos
REGIÃO DO ALENTEJO
TODOS OS DISTRITOS
Todos os concelhos

7. É permitida a vacinação voluntária nos seguintes termos:

7.1 Vacinação de bovinos contra os serotipos 1 e/ou 4 do vírus da língua azul na área S1-4 (referida no ponto 3);

7.2 Vacinação de bovinos contra os serotipos 1 e/ou 4 do vírus da língua azul na área S4 (referida no ponto 4);

7.3 Vacinação de ovinos contra o serotipo 1 do vírus da língua azul de ovinos em todos os concelhos da área S4 (referida no ponto 4);

7.4 Vacinação de ovinos contra o serotipo 4 do vírus da língua azul de ovinos em todos os concelhos da área S4 (referida no ponto 4), não designados na Tabela 1;

7.5 Vacinação, a título excepcional, com vacinas inativadas contra serotipos da língua azul, não presentes em Portugal ou na respetiva Região, mediante autorização prévia da DGAV.

8. No caso da vacinação obrigatória, a vacina é fornecida pelo Estado às Organizações de Produtores Pecuários (OPP) cujos médicos veterinários procedem à sua aplicação.

9. A vacinação efetuada deve ser obrigatoriamente registada no documento de

identificação do animal, quando aplicável, e no Programa Informático de Saúde Animal, indicando a vacina utilizada e a data da inoculação.

10. Os animais vacinados são identificados com Kit Marca Auricular / bolus ou brinco eletrónico, dependendo da condição corporal.

11. É considerado efetivo vacinado aquele que apresente 80% ou mais dos animais elegíveis vacinados contra os serotipos circulantes na região, durante o último ano.

12. A movimentação de ruminantes provenientes de explorações situadas na área geográfica livre de língua azul, não carece de vacinação dos animais.

13. Os requisitos para a movimentação de ruminantes provenientes de explorações situadas na área geográfica S1-4 ou S4, são os seguintes:

A – Requisitos gerais:

13.1 Os animais a movimentar bem como os animais do efetivo de origem não podem apresentar qualquer suspeita de língua azul à data do transporte nem ser oriundos de explorações que estejam dentro do período de sequestro por língua azul;

13.2 Os animais devem ser acompanhados durante o transporte pelos respetivos documentos de identificação e circulação, em conformidade com a legislação;

13.3 O carregamento e o transporte dos animais devem realizar-se preferencialmente nas horas centrais do dia ou da noite, sempre fora das horas de máxima atividade do vetor;

13.4 Os animais das espécies sensíveis a movimentar para vida devem ser previamente sujeitos a tratamento com inseticida ou repelente, com uma antecedência máxima de 7 dias em relação à data da movimentação;

13.5 Os animais devem ser transportados em veículos desinsetizados antes da carga. B –

B - Requisitos adicionais para movimentos com destino a área geográfica livre de língua azul:

13.6 Com exceção da movimentação dos animais destinados ao abate, os animais da espécie ovina, com idade igual ou superior a 3 meses, devem ser provenientes de efetivos vacinados e devem estar vacinados;

13.7 Com exceção da movimentação dos animais destinados ao abate, os animais da espécie ovina, com idade inferior a 3 meses, devem ser:

(a) Nascidos de fêmeas vacinadas OU protegido contra vetores por inseticidas ou repelentes por pelo menos 14 dias e anteriores à data da movimentação; E

(b) Ter teste PCR com resultado negativo, realizado em amostras de sangue colhidas pelo menos 14 dias após a data de início da proteção contra vetores.

C – Requisitos adicionais para movimento dentro da área geográfica S1-4 ou S4 de língua azul:

13.8 Com exceção da movimentação dos animais destinados ao abate, os animais da espécie ovina, com idade igual ou superior a 6 meses, devem ser provenientes de efetivos vacinados e devem estar vacinados;

13.9 Com exceção da movimentação dos animais destinados ao abate, os animais da espécie ovina, com idade igual ou superior a 3 meses e até aos 6 meses, devem ser provenientes de efetivos vacinados e devem estar vacinados ou ser nascidos de fêmeas vacinadas;

13.10 Com exceção da movimentação dos animais destinados ao abate, os animais da

espécie ovina, com idade inferior a 3 meses, devem ser provenientes de efetivos vacinados.

14. Os animais, para vida ou abate, o sêmen, os óvulos e os embriões de animais das espécies sensíveis provenientes de explorações situadas na área geográfica S1-4 ou S4, podem movimentar-se diretamente para o território de outros Estados-Membros desde que:

14.1 Sejam integralmente cumpridas as condições estabelecidas no Regulamento Delegado (UE) n.º 2020/689 da Comissão, de 17 de dezembro de 2019;

14.2 Devem ser acompanhados de certificados sanitários para acompanhamento dos animais após verificação do cumprimento dos requisitos exigidos pelo Estado Membro de destino, de acordo com informação publicada no portal da Comissão Europeia.

15. A movimentação de touros de lide obedece aos requisitos definidos nos pontos 7, 9, 12, 13- A e 14.

16. Pode ser autorizado o movimento e uso nas áreas geográficas a que se referem os pontos 3 e 4 de sêmen proveniente de ovinos de explorações localizadas nessas áreas, desde que os animais dadores se encontrem respetivamente vacinados contra o serotipo 1 e 4 da língua azul, mediante o cumprimento dos requisitos de vacinação previstos para aquelas áreas.

17. Os resultados das análises dos testes prévios a qualquer movimentação têm uma validade máxima de 14 dias após a colheita.

18. Os transportadores são obrigados a:

18.1 Não transportar animais que não se encontrem nas condições estabelecidas ou que não sejam acompanhados dos documentos previstos no presente Edital e em legislação específica;

18.2 Verificar, antes do embarque dos animais, que estes se encontram identificados nos termos da legislação específica;

18.3 Fazer-se acompanhar do documento comprovativo de lavagem/desinfeção e desinsetização do meio de transporte emitido pelo posto de desinfeção autorizado.

19. A comunicação de quaisquer sinais da doença nos efetivos é obrigatória e da responsabilidade do respetivo detentor, de acordo com o Decreto-Lei n.º 146/2002, de 21 de maio.

20. Sem prejuízo do disposto no número anterior, a observação clínica dos efetivos suspeitos tendo em vista a confirmação da doença, compete às Direções de Serviços de Alimentação e Veterinária das Regiões, podendo tais competências ser exercidas pelas Organizações de Produtores para a Sanidade Animal (OPSA), nos termos do previsto no n.º 2, do artigo 3.º, da Portaria n.º 239/2022, de 16 de setembro, pelos médicos veterinários municipais ou por outros médicos veterinários designados para o efeito pelas Direções de Serviços de Alimentação e Veterinária das Regiões.

21. A vacinação dos animais nos efetivos das áreas geográficas S1-4 e S4 será efetuada pelas OPSA ao abrigo do n.º 2, do artigo 3.º, da Portaria n.º 239/2022, de 16 de setembro por outras entidades expressamente designadas pela Direção Geral de Alimentação e Veterinária.

22. As infrações ao presente Edital são punidas nos termos do Decreto-Lei n.º 146/2002, de 21 de maio, do Decreto-Lei n.º 64/2000, de 22 de abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 155/2008 de 7 de agosto e pelo Decreto-Lei n.º 142/2006, de 27 de julho.

23. Este Edital entra imediatamente em vigor e revoga o Edital n.º 76, solicitando-se a todas as autoridades veterinárias, policiais e administrativas que fiscalizem o seu integral e rigoroso cumprimento. Lisboa, 19 de dezembro de 2022 A

DIRETORA GERAL Susana Guedes Pombo